

**DESPACHO DECISÓRIO – JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Processo Administrativo n.º 2001/2025

Pregão Eletrônico n.º 027/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de manipuladores de alimentos

Interessado: LGP\*\*\*\*\*

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 027/2025, apresentada pela empresa LGP\*\*\*\*\*, a qual questiona o teor do item 6.3 do Termo de Referência, alegando:

1. Que a redação do horário de prestação de serviços (“das 06h00 às 17h00”) é contraditória com a jornada diária de 8 (oito) horas, pois representa um período de 11 horas;
2. Que a previsão de até 2 (duas) horas extraordinárias configuraria pré-contratação de horas extras, em afronta à Súmula 199 do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

**II – ANÁLISE**

Inicialmente, no que tange ao item (1), verifica-se que a expressão “das 06h00 às 17h00” pode, de fato, induzir à interpretação equivocada de que se pretende jornada contínua de 11 horas, o que não é condizente com a jornada legal de 8 horas diárias prevista na Constituição Federal (art. 7º, XIII) e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (art. 58).

Todavia, como já previsto no subitem 6.3.1 do Termo de Referência, os horários poderão variar conforme a necessidade da unidade escolar, respeitada a carga horária legal, razão pela qual será promovida correção redacional para deixar claro que a jornada será de 8 (oito) horas a serem cumpridas entre 06h00 e 17h00, conforme escala definida pela Administração.

Quanto ao item (2), a alegação de ilegalidade da previsão de até 2 (duas) horas extraordinárias não merece prosperar. A Súmula 199 do TST veda a pré-fixação contratual de pagamento de horas extras, mas não impede a previsão editalícia da possibilidade de sua ocorrência, desde que:

- Sejam efetivamente prestadas e justificadas;
- Sejam motivadas por interesse público ou necessidade do serviço;

Rua Alcina Ponciano, 21 – Centro – Sumidouro – RJ - CEP 28637-000 –

TEL:(22) 2531- 2151

Email: smecsumidouro2009@yahoo.com.br

- Sejam remuneradas conforme a legislação trabalhista.

O próprio edital, no subitem 6.3.2, estabelece que as horas extras somente serão pagas mediante justificativa e necessidade administrativa, o que está em consonância com a jurisprudência consolidada do TST e a legislação trabalhista.

### III – CONCLUSÃO E DECISÃO

Diante do exposto, julga-se a impugnação parcialmente procedente, nos seguintes termos:

- Será promovida correção redacional do item 6.3 do Termo de Referência, para constar:  
"O horário de prestação de serviços será preferencialmente entre 06h00 e 17h00, de segunda a sexta-feira, respeitada a jornada de 08 (oito) horas diárias, conforme escala definida pela Secretaria de Educação."
- Mantém-se a redação atual quanto à previsão de até 02 (duas) horas extraordinárias, por se tratar de dispositivo legítimo, compatível com a Súmula 199 do TST, e condicionado à efetiva necessidade e autorização da Administração Pública.
- Por se tratar de mero erro material na redação do item 6.3, sem alteração do objeto, dos critérios ou das condições técnicas do edital, não há comprometimento da isonomia nem da formulação das propostas. Ademais, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 2/2023 prevê que, nos casos em que a impugnação resulte apenas em correção de erro material, não é necessária republicação com reabertura de prazo, mantendo-se a data originalmente prevista para abertura da sessão pública.

Publique-se no portal eletrônico oficial e cientifique-se a impugnante.

Sumidouro, 12, de junho de 2025.



**Milene Raposo de Souza**

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.  
Mat: 14.06.3565

Rua Alcina Ponciano, 21 – Centro – Sumidouro – RJ - CEP 28637-000 –

TEL:(22) 2531- 2151

Email: smecsumidouro2009@yahoo.com.br